



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008729-90.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Alan Cristian Muniz**
 Requerido: **Prefeitura Municipal de São Carlos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Alan Cristian Muniz move ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada contra o Município de São Carlos. Sustenta que seu veículo, em 15.01.2016, foi apreendido e removido ao Pátio Municipal. A infração que havia ensejado a apreensão foi regularizada. Pede a liberação do automóvel independentemente do pagamento de multas, tributos e taxas, ou, subsidiariamente, com a limitação das diárias a 30 dias.

Liminar concedida em parte, fls. 23/24.

Contestação às fls. 35/40.

Réplica apresentada, fls. 47/57.

Informação, às fls. 60, de que o veículo foi liberado.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

A apreensão deu-se antes da entrada em vigor da Lei nº 13.281/16. Logo, aplicando-se o princípio do *tempus regit actum*, deve ser seguida a orientação firmada pelo STJ a propósito da interpretação do art. 262 do CTB na redação então vigente, no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sentido de que "não há limites para o tempo de permanência do veículo no depósito" mas "o Estado apenas poderá cobrar as taxas de estada até os primeiros trinta dias, sob pena de confisco" (REsp 1.104.775/RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 1ªS, j. 24/06/2009).

A taxa de estada será limitada, pois, a 30 diárias.

Nota-se, porém, que a única limitação imposta pela presente sentença diz respeito às diárias, vez que o condicionamento da liberação ao pagamento de multas, taxas e despesas de remoção é exigência prevista expressamente já no revogado art. 262 do CTB, agora reproduzida no § 1º do art. 271, introduzido pela lei acima mencionada. Nunca foi considerada abusiva, ao menos nos casos usuais de apreensão.

Inexiste, por fim, qualquer inconstitucionalidade no referido dispositivo, tratando-se o condicionamento de providência adequada, necessária e proporcional no caso concreto, não ferindo, ainda, o devido processo legal.

Note-se que o Supremo Tribunal Federal sequer considera haver questão constitucional para ser debatida nesse tema, vez que não conheceu de recurso extraordinário interposto sobre a matéria:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS. LICENCIAMENTO ANUAL E LIBERAÇÃO DE VEÍCULO. CONDICIONAMENTO AO PRÉVIO PAGAMENTO DE DIÁRIAS DE DEPÓSITO, TARIFA DE REBOQUE OU MULTAS. CONTROVÉRSIA DE DEMANDA ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. REAPRECIAÇÃO DOS FATOS E DO MATERIAL PROBATÓRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CONSTANTE DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. 1. A solução da controvérsia pressupõe, necessariamente, a análise de legislação infraconstitucional e o reexame dos fatos e do material probatório constantes dos autos (Súmula 279/STF), o que torna inviável o processamento do recurso extraordinário. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 922.067 AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, 1ªT, j. 24/11/2015)

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para, confirmada a liminar, limitar o condicionamento relativo às taxas de estada a 30 dias. Condeno o réu em honorários, arbitrados por equidade em R\$ 300,00. Condeno o autor em honorários, arbitrados por equidade em R\$ 300,00, observada a AJG.

Transitada em julgado, levante-se o depósito de fls. 34, que diz respeito às 30 diárias, em favor do réu, e aguarde-se por 30 dias a execução do julgado.

P.I.

São Carlos, 03 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**